

Capítulo 1

OS CONFLITOS – SOCIAIS E INTERSUBJETIVOS – E SUA RECEPÇÃO PELO DIREITO.....	49
1. A higidez teórico-formal da norma não assegura sua efetividade e credibilidade.....	49
2. A assunção, pela Justiça estatal, da resolução dos conflitos: o <i>déficit</i> no custo-benefício desse monopólio.....	65
3. A releitura, contextualizada e atualizada, do <i>acesso à Justiça</i>	74
4. Os <i>meios alternativos</i> de solução de conflitos e os <i>elementos aceleratórios</i> do processo judicial.....	89
5. O processo coletivo e o <i>tratamento molecular</i> dos megaconflitos.....	102
6. O compromisso de ajustamento de conduta como instrumento de prevenção e superação das controvérsias.....	114
7. A resolução dos conflitos, sob os prismas institucional e sociológico.....	126
8. O engajamento do Estado-juiz no objetivo da composição justa dos conflitos.....	137

Capítulo 2

A RECEPÇÃO JUDICIAL DOS HISTÓRICOS DE DANOS SOFRIDOS OU TEMIDOS.....	151
1. As diversas pretensões e sua recepção no ambiente processual.....	151
2. Os danos temidos, as lesões virtuais e a tutela cautelar (<i>rectius</i> : tutela provisória).....	163
3. A ruptura do monopólio estatal de distribuição da justiça.....	177
4. A tendência à <i>desformalização dos procedimentos</i> e à <i>desjudicialização dos conflitos</i>	191
5. O direito sumular como <i>instrumento aceleratório</i> e <i>elemento de contenção</i> de processos.....	202
6. A decisão condenatória e sua reduzida carga eficaz na sociedade contemporânea.....	215

Capítulo 3

MEIOS UNILATERAIS DE PREVENÇÃO OU RESOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS	227
1. De ordem geral.....	227
2. A prevenção ou resolução dos conflitos concerne, imediata e precipuamente, aos próprios interessados.....	238
3. Meios unilaterais em espécie.	249
3.A) Renúncia	249
3.B) Desistência.....	258
3.C) Confissão	263
3.D) Reconhecimento do pedido.....	268

Capítulo 4

MEIOS BILATERAIS OU POLICÊNTRICOS DE PREVENÇÃO OU RESOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS	273
1. De ordem geral.....	273
2. Conciliação/Transação.....	286
3. Heterocomposição dos conflitos.....	298
3.A) Heterocomposição através de órgãos parajurisdicionais.....	307
4. A expansão dos meios paraestatais de distribuição da justiça.....	315
4.1. Arbitragem.....	323
4.2. Mediação.	339

Capítulo 5

A JUDICIALIZAÇÃO DOS MEGACONFLITOS EM FACE DA SEPARAÇÃO ENTRE OS PODERES	349
1. Revendo a separação entre os Poderes.....	349
2. A questão da efetividade da resposta jurisdicional.	365
3. O Judiciário enquanto função do Estado contemporâneo.....	377
4. O déficit de confiabilidade social no serviço judiciário estatal.....	384

5.	Os conflitos metaindividuais e sua recepção pelo Judiciário.....	397
6.	A autonomia, o autogoverno e o poder censório do Judiciário.....	410
7.	Os valores “estabilidade-certeza” e “justiça-ampla defesa” diante da divergência jurisprudencial.	422
8.	A expansão dos limites da resposta judiciária para além das <i>questiones juris</i>	436
9.	Tendência à coletivização do processo e as <i>pontes</i> com a jurisdição singular.....	456
10.	O <i>ativismo judiciário</i> , aderente aos megaconflitos.....	465

Capítulo 6

A CONCEPÇÃO JURÍDICO-POLÍTICA DO ESTADO, PARAMETRIZANDO A ATUAÇÃO JURISDICIONAL.....		481
1.	O papel das Cortes Superiores.....	481
2.	Uma sinopse do modelo brasileiro.	497
3.	A <i>crise do STF</i> é, na verdade, uma crise do recurso extraordinário.....	508
3.A)	A objetivação do recurso extraordinário.	527
3.B)	A trílice função: nomofilática – dikelógica – paradigmática.....	538
3.C)	A prevenção ou eliminação dos pontos de tensão entre os Tribunais.	548
4.	A inevitabilidade dos <i>elementos de contenção</i>	556
5.	A excessiva duração dos processos.	573
6.	A jurisdição é unitária e nacional.....	586
7.	A exigência do <i>prequestionamento</i>	595
8.	O regime de controle de constitucionalidade.	603

Capítulo 7

O GUARDA DA CONSTITUIÇÃO: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		615
1.	A bifurcação dos <i>Tribunais da Federação</i> na Constituição Federal de 1988.	615
2.	O realinhamento da organização judiciária federal.	633

3.	A defesa das liberdades públicas.....	645
4.	A prevenção/resolução das tensões internas da Federação.	653
5.	O recurso extraordinário e sua tríplice finalidade.	662
6.	O controle de constitucionalidade.....	679
7.	A função <i>paradigmática</i> do STF: a súmula vinculante, a <i>objetivação</i> do recurso extraordinário e o seu manejo <i>por amostragem</i>	698

Capítulo 8

O GUARDA DO DIREITO FEDERAL COMUM:		
O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA		713
1.	Criação do STJ na Constituição Federal de 1988.....	713
2.	O REsp e sua tríplice finalidade.	730
3.	Os elementos de contenção: o direito sumular, no plano da jurisprudência defensiva e a <i>repercussão geral da questão federal, na admissibilidade do recurso extraordinário</i>	742
4.	A tutela das liberdades públicas.	753
5.	O controle difuso de constitucionalidade.	767
6.	Extraterritorialidade dos comandos judiciais.....	779
7.	Prevenção e resolução das tensões internas entre autoridades judiciais, e destas em face de órgãos administrativos.	788
8.	Tutela às situações de urgência.....	800
9.	Criação do direito pretoriano.....	814
10.	A função paradigmática do STJ.....	828
CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....		839
BIBLIOGRAFIA		873
OUTRAS OBRAS DO AUTOR		907